



EDUCAmazônia, Humaitá - Amazonas, Volume XIX, nº 1, jan-jul. 2026, p. 493-510.

PSICOLOGIA E CRISE CLIMÁTICA: FORMAÇÃO ÉTICA E CUIDADO EM DESASTRES AMBIENTAIS

PSYCHOLOGY IN THE FACE OF THE CLIMATE CRISIS: ETHICAL TRAINING AND CARE IN ENVIRONMENTAL DISASTERS

Júlia Vitória Castro e Silva¹
Anny Elise Braga²

Resumo: As mudanças climáticas intensificam desastres ambientais e agravam desigualdades sociais, exigindo novas competências éticas e técnicas da Psicologia. Este estudo teórico-documental discute a atuação psicológica frente à crise climática e suas implicações para a saúde mental coletiva. A análise, fundamentada em documentos institucionais, pesquisas científicas e diretrizes internacionais (OMS, OPAS, CFP), evidencia que os impactos ambientais ultrapassam dimensões ecológicas, alcançando a subjetividade humana por meio de fenômenos como ecoansiedade, luto ecológico e racismo ambiental. A Psicologia dos Desastres emerge como campo essencial para prevenir traumas e promover resiliência em comunidades vulneráveis. Argumenta-se que a formação profissional ainda carece de preparo sistemático para lidar com emergências climáticas, restringindo-se a ações reativas. Conclui-se que a integração entre Psicologia, políticas públicas e educação ambiental é imprescindível para o fortalecimento da saúde mental coletiva. O estudo propõe uma atuação ética, preventiva e interdisciplinar, reafirmando o papel da Psicologia como ciência do cuidado e promotora de justiça socioambiental diante da emergência climática global.

Palavras-chave: Psicologia dos Desastres; Mudanças Climáticas; Primeiros Socorros Psicológico; Ecoansiedade; Saúde Mental.

¹ Acadêmica do curso de Psicologia, Faculdade UMFG, Cianorte - PR. Bolsista PIBITI/CMCTIC. Juliasilva2003s@gmail.com. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-5321-4765>

² Mestranda em Promoção da Saúde (UNICESUMAR), Maringá- PR. Docente do curso de psicologia UMFG, Cianorte- PR. anny.braga@umfg.edu.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0006-7924-683X>



Abstract: El cambio climático intensifica los desastres ambientales y amplifica las desigualdades sociales, exigiendo nuevas competencias éticas y técnicas en la Psicología. Este estudio teórico-documental analiza la actuación psicológica frente a la crisis climática y sus repercusiones en la salud mental colectiva. Basado en documentos institucionales, investigaciones científicas y directrices internacionales (OMS, OPS, CFP), el análisis demuestra que los impactos ambientales trascienden lo ecológico, afectando la subjetividad humana a través de fenómenos como la ecoansiedad, el duelo ecológico y el racismo ambiental. La Psicología de los Desastres emerge como un campo fundamental para prevenir traumas y fortalecer la resiliencia comunitaria. Se argumenta que la formación profesional aún presenta carencias en la preparación sistemática ante emergencias climáticas, limitándose a respuestas reactivas. Se concluye que la integración entre Psicología, políticas públicas y educación ambiental es esencial para el fortalecimiento de la salud mental colectiva. El estudio defiende una práctica ética, preventiva e interdisciplinaria, reafirmando el papel de la Psicología como ciencia del cuidado y promotora de justicia socioambiental frente a la emergencia climática global.

Keywords: Psicología de los Desastres; Cambio Climático; Primeros Auxilios Psicológicos; Ecoansied; Salud Mental.



1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas são uma realidade no Brasil e se apresentam como um dos principais desafios da atualidade, já que provocam alterações nos ecossistemas e impactam diretamente a vida da população (Malecha; Vale, 2024). No entanto, essa ameaça não surgiu de forma inesperada: ela é consequência direta das ações humanas que, ao longo das últimas décadas, contribuíram para o cenário atual. Os autores destacam, por exemplo, o Pantanal enfrentou o mês mais quente já registrado em mais de um século, estabelecendo um novo recorde histórico de temperatura na região. Em 2023, a bacia do Rio Amazonas vivenciou uma seca sem precedentes, com os menores níveis de água em mais de 120 anos de monitoramento. Já entre 2023 e 2024, a região Sul do Brasil foi atingida por volumes de chuva extremos, quebrando recordes históricos de pluviosidade e culminando na maior catástrofe ambiental e humanitária já vivida pelo estado do Rio Grande do Sul.

Além disso, esses eventos, assim como tantos outros que vêm se intensificando nos últimos anos, e impactam diretamente a saúde e o bem-estar das populações. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2025), as mudanças climáticas afetam a qualidade do ar, da água, do solo e dos sistemas alimentares, contribuindo para o aumento de doenças cardiovasculares, respiratórias e infecciosas, como dengue, malária, chikungunya, Oropouche e outras zoonoses. No entanto, seus efeitos vão além da saúde física: envolvem também o sofrimento psíquico, o deslocamento forçado de comunidades e a sobrecarga dos sistemas de saúde. Esses impactos recaem, de forma desproporcional, sobre os grupos em maior situação de vulnerabilidade, como povos indígenas, comunidades ribeirinhas, famílias de baixa renda, moradores de áreas periféricas e pessoas em situação de rua (Monteiro et al., 2023). A própria OPAS alerta que, a cada grau Celsius de aumento na temperatura global, o risco de deslocamentos forçados por inundações pode crescer em até 50% em escala mundial, evidenciando o quanto as mudanças climáticas agravam desigualdades já existentes e exigem respostas urgentes, integradas e justas.

Além das perdas materiais e às mudanças físicas nos territórios, o bem-estar psíquico dos indivíduos também é afetado, sendo cada vez mais presente conceitos como ecoansiedade, luto ecológico e racismo ambiental, que são importantes para compreender o sofrimento psíquico em tempos de colapso climático. De acordo com o relatório Mental



Health And Our Changing Climate: Impacts, Inequities, Responses (2021), Moser (2007) aborda que a ecoansiedade, por exemplo, se refere às emoções negativas, como medo, raiva, sentimento de impotência ou exaustão em relação às mudanças climáticas, mesmo que o sujeito não tenha vivenciado os impactos de maneira direta, apenas a consciência desse problema ocasiona nesses sentimentos. Assim, essa preocupação com o futuro para si, para os filhos e até mesmo com as futuras gerações gera estresse e tristeza, característico da ecoansiedade (Searle & Gow, 2010; Hickman et al., 2021).

Segundo Cunsolo & Ellis (2018), o luto ecológico refere-se ao sofrimento emocional diante de perdas ecológicas vividas ou esperadas, como a destruição de ecossistemas, a extinção de espécies ou a perda de modos de vida tradicionais. Trata-se de uma dor psíquica provocada pela degradação do ambiente natural, pela perda de espaços afetivos e pelo desaparecimento de formas de existência culturalmente enraizadas, sendo frequentemente um tipo de luto não reconhecido socialmente. Esse sofrimento atinge, sobretudo, comunidades que mantêm uma relação profunda com o território e com o meio ambiente.

Já o racismo ambiental, é a expressão de desigualdades raciais quando se trata da exposição a danos ambientais, afetando de forma desproporcional comunidades racialmente marginalizadas e socialmente vulneráveis, que são mais expostas a riscos como poluição, falta de saneamento e degradação do meio ambiente (Bullard, 2000). Dessa forma, os alagamentos, deslizamentos, exposição a poluentes, enchentes, rompimentos de barragens, invasão de territórios, acesso escasso à água e esgoto tratado, são alguns dos episódios que caracterizam o racismo estrutural, isto é, as injustiças que comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, vivenciam durante a vida pela falta de acesso a recursos naturais saudáveis (Monteiro et al., 2023).

Apesar da crescente emergência desses fenômenos, a formação em Psicologia ainda não é capaz de suprir de maneira sistemática e preventiva os desafios impostos pelas mudanças climáticas. A atuação psicológica diante de desastres ambientais, tal como o preparo para lidar com a crise climática como um todo, são temas que aparecem de forma pontual, muitas vezes apenas após a ocorrência de grandes tragédias (Conselho Federal de Psicologia, 2025; OMS, 2022). Tal lacuna compromete não apenas o atendimento imediato às populações afetadas, mas também a prevenção de danos psíquicos duradouros e a formação de uma atuação ética e eficaz frente à emergência climática (Hickman et al.,



2021; APA, 2020). Diante desse cenário, este projeto propõe a criação da oficina intitulada “Cuidar em Tempos de Crise: Primeiros Socorros Psicológicos em Contextos de Emergência Climática”. A iniciativa visa capacitar estudantes e profissionais de Psicologia para uma atuação preventiva e emergencial junto a populações vulnerabilizadas pelos efeitos das mudanças climáticas. Com base em diretrizes da OMS e do Conselho Federal de Psicologia, a oficina aborda estratégias como os Primeiros Socorros Psicológicos, a escuta qualificada, o reconhecimento de sofrimento psíquico e o fortalecimento de redes de apoio comunitário.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 REFERÊNCIAL TEÓRICO

A Psicologia dos Desastres como campo emergente de atuação profissional

A Psicologia dos Desastres consolidou-se como um campo estratégico da atuação psicológica, dedicado à prevenção, resposta imediata e reconstrução psicossocial em contextos de crises humanitárias. Conforme a Nota Técnica CFP nº 22/2024, a atuação profissional deve alinhar-se aos princípios da Gestão Integral de Riscos e Desastres, promovendo ações interdisciplinares, intersetoriais e eticamente orientadas, em articulação com SUS, SUAS e Defesa Civil (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2024). Essa normativa reforça a importância de planejamento prévio, elaboração de planos de contingência psicossocial, fortalecimento da resiliência comunitária e acompanhamento psicológico nas fases pré, durante e pós-desastre, sempre de forma ética e socialmente comprometida.

Dessa forma, intervenções psicológicas em desastres exercem papel central tanto na redução do sofrimento psíquico imediato quanto na prevenção de transtornos mentais de longo prazo. O psicólogo atua de forma preventiva e emergencial, oferecendo suporte imediato, articulação de redes de apoio e estratégias que favorecem respostas adaptativas (Silva et al., 2023). Portanto, a atuação interprofissional potencializa os resultados, integrando a Psicologia a equipes de saúde, segurança e assistência social, possibilitando respostas coordenadas e baseadas em evidências (Oliveira et al., 2022). Tais intervenções



são fundamentais não apenas para vítimas diretas, mas também para familiares, comunidades afetadas e profissionais de resposta, reduzindo o risco de reações pós-traumáticas (Silva et al., 2023). Apesar dessa relevância, a produção científica nacional ainda apresenta lacunas, evidenciando a necessidade de pesquisas aplicadas que consolidam protocolos de prevenção ao trauma e estratégias de cuidado psicossocial (Paixão; Andrade, 2024).

Com isso, a compreensão do desastre como fenômeno social amplia a análise para além dos fatores naturais, demonstrando que o risco está intimamente relacionado a vulnerabilidades estruturais e déficits de desenvolvimento social (Rafaloski et al., 2020). O contexto brasileiro ilustra essa complexidade por meio de eventos marcantes, como o incêndio na Boate Kiss (2013), às chuvas na Serra Fluminense (2011), a crise hídrica em São Paulo (2014-2015), o rompimento da barragem de Mariana/MG (2015) e o desastre de Brumadinho/MG (2019) (Paranhos & Werlang, 2015; Mansano, 2019). Esses episódios revelam o impacto multidimensional dos desastres, combinando perdas humanas, danos ambientais e colapsos sociais, e ressaltam a urgência de respostas psicológicas rápidas, planejadas e eticamente orientadas.

Entre as estratégias emergenciais, destacam-se os Primeiros Socorros Psicológicos (PSP), recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo CFP como instrumentos centrais para estabilização emocional e fortalecimento de recursos internos e comunitários. Embora não exista protocolo internacional único, há consenso sobre a importância de oferecer segurança, acolhimento e restaurar o senso de controle das vítimas (Ornell et al., 2020).

Essas ações imediatas buscam restabelecer gradualmente a capacidade cognitiva e emocional de enfrentamento, mitigando o risco de evolução para transtornos pós-traumáticos (Gonçalves, 2020). Por conseguinte, a atuação em Psicologia dos Desastres deve observar o Código de Ética Profissional do Psicólogo, que orienta a prática para a promoção da dignidade, liberdade e integridade humana, especialmente em situações de vulnerabilidade e sofrimento coletivo (CFP, 2005). A articulação entre ciência, ética e compromisso social é indispensável para que a Psicologia cumpra seu papel protetivo e transformador em contextos de crise.



Psicologia Ambiental e Climática: sofrimento psíquico, ecoansiedade e luto ecológico

De acordo com Moser (1998), doutor em Psicologia e diretor do Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade de Paris 5, a Psicologia Ambiental busca compreender como o sujeito se relaciona com o ambiente físico e social, tendo como foco principal as inter-relações, uma vez que não se limita a analisar como o indivíduo influencia o ambiente, mas também como esse ambiente impacta sua forma de pensar, sentir e agir. Essa inter-relação é dinâmica e recíproca, pois o indivíduo age sobre o ambiente, construindo, adaptando e organizando os espaços, ao mesmo tempo em que é modificado por ele, sendo influenciado em suas condutas e modos de vida. Por isso, a Psicologia Ambiental coloca o ser humano no centro da análise, buscando entender como ele percebe, avalia e se posiciona diante do ambiente que o cerca, e de que maneira esse ambiente também molda suas experiências subjetivas.

Nesse sentido, considerando o cenário atual de colapso ambiental e aumento de eventos extremos, essa relação entre sujeito e ambiente tem provocado reações emocionais intensas, especialmente entre os mais jovens. No Brasil e em outras partes do mundo, é possível observar um sentimento crescente de angústia e desesperança diante da crise climática, o que reforça a urgência de compreender os impactos psíquicos desse fenômeno. Caroline Hickman (2021), pesquisadora da Universidade de Bath e membro da Climate Psychology Alliance, destaca que emoções como medo, raiva, tristeza e desespero são comuns entre jovens que acompanham o agravamento das mudanças climáticas. Esses sentimentos, quando persistentes e não elaborados, podem desencadear sofrimento emocional significativo e afetar o desenvolvimento saudável. A autora aborda que os jovens são um dos mais afetados por esses impactos indiretos, como a ansiedade climática, que não se caracteriza como um transtorno mental, visto que embora angustiante, a ansiedade climática apresenta emoções de alerta para o perigo. Se trata das reações às mudanças climáticas em particular (Clayton & Karazsia, 2020), o que faz os indivíduos buscarem por mais informações para encontrarem soluções.

Porém, como a crise climática é uma situação incerta, a resposta que as pessoas tem é uma ansiedade prática (Pihkala, 2020; Verplanken; Marks; Dobromir, 2020) que consiste em reavaliar os seus comportamentos, mas como essa crise é algo complexo,



essa ansiedade se torna cada vez mais intensa (Ojala et al., 2021; Clayton; Karazsia, 2020; Hogg et al., 2021). Diante disso, o relatório *Mental Health And Our Changing Climate: Impacts, Inequities, Responses* (2021), expõe que a ecoansiedade também não se caracteriza como um transtorno mental, mas causa sofrimento psíquico, dado que se trata de uma preocupação com as mudanças climáticas, como a angústia ligada ao colapso ambiental, como por exemplo a perda de espécies e a poluição ambiental, sendo presente essa incerteza quanto ao futuro do planeta, e que reforça a importância da Psicologia Ambiental e Climática enquanto campo emergente na atenção à saúde mental.

A Educação Ambiental é compreendida como um processo contínuo e formativo, que busca despertar nos indivíduos e na coletividade a consciência crítica sobre o meio ambiente, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes voltadas à ação individual e coletiva frente aos problemas ambientais (DIAS, 1992). Segundo Dias (1994), essa abordagem não pode ser dissociada das dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas que estruturam os problemas ambientais, visto que a maioria deles tem origem na miséria, alimentada por políticas concentradoras de riqueza e que agravam a degradação ambiental. Esse apontamento se faz especialmente atual diante de medidas como o recente Projeto de Lei nº 1.459/2022, popularmente conhecido como "PL da Devastação", aprovado pelo Senado mesmo sob duras críticas de ambientalistas e cientistas, por flexibilizar o uso de agrotóxicos e favorecer práticas que colocam em risco a biodiversidade e a saúde da população. Enquanto o foco de parte da elite econômica e política continuar voltado à exploração desmedida dos recursos naturais em nome do lucro, ignorando os alertas da ciência e da realidade climática, o Brasil continuará vivenciando catástrofes ambientais de grandes proporções, e, com elas, um agravamento silencioso da saúde mental coletiva. Afinal, à medida que se intensificam os desastres, as perdas e as incertezas, cresce também o sofrimento emocional da população. Nesse cenário, torna-se cada vez mais evidente o fenômeno do luto ecológico, definido por Cunsolo & Ellis (2018) como a dor emocional decorrente da perda real ou antecipada de ecossistemas, espécies e modos de vida afetivos ou identitários. Trata-se de um luto muitas vezes invisibilizado, especialmente em comunidades profundamente ligadas ao território e que se veem privadas de sua referência ambiental e cultural.



Esse sofrimento, que se manifesta de maneira singular em cada pessoa e coletivo, também pode ser compreendido como uma dor mais ampla, compartilhada. Nesse sentido, Macy e Brown (2004) destacam que a crise ambiental gera uma “dor do mundo” coletiva, que precisa ser reconhecida, validada e transformada em ação. Essa abordagem propõe um cuidado que não se limita ao indivíduo isolado, mas se estende à coletividade, entendendo que a crise climática é, igualmente, uma crise de sentido e pertencimento. A Psicologia Climática, um subcampo emergente, surge justamente com esse propósito, de acolher essas vivências e incorporá-las à prática psicológica, promovendo uma atuação ecocentrada, interdisciplinar e preventiva, capaz de enfrentar os desafios emocionais e sociais que emergem em tempos de colapso ambiental.

Saúde Pública e Vulnerabilidades Sociais

O Art. 225 da Constituição Federal estabelece que todos os indivíduos devem ser incluídos na elaboração e implementação de políticas ambientais (BRASIL, 1988). No entanto, o Brasil enfrenta uma realidade marcada pela injustiça ambiental, que inviabiliza a plena efetivação desse direito, uma vez que grupos socialmente vulneráveis seguem sendo os mais afetados pelos impactos ambientais (Herculano, 2008). Nesse sentido, Monteiro et al. (2023) apontam que essas populações são atravessadas pelo racismo ambiental, expressão que descreve a exposição desproporcional de comunidades racializadas e empobrecidas aos riscos e danos ambientais. As mudanças climáticas, intensificadas pelas ações humanas ao longo do tempo, afetam de forma mais severa comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas. Os autores ressaltam que essa desigualdade se manifesta na forma de poluição, falta de acesso a serviços básicos, degradação ambiental e deslocamentos forçados, que obrigam mulheres, homens, crianças e adolescentes a deixarem suas casas, ampliando ainda mais as desigualdades sociais e raciais já existentes.

Além dos desastres ambientais de grande escala, as mudanças climáticas também se expressam de forma diária e silenciosa, afetando diretamente a aprendizagem de estudantes da rede pública, sobretudo em salas de aula sem ventilação, com temperaturas que facilmente ultrapassam os 30 °C. O estudo de Conceição Pereira et al. (2020) indica claramente que, quando a temperatura sobe de 22,94 °C para cerca de 33,7 °C, o



desempenho em testes de raciocínio cognitivo cai de forma significativa. Em outras palavras: o calor intenso prejudica a capacidade de pensar, refletir e aprender, o que corrobora declarações como a do ex-Secretário de Educação do Pará, Rossieli Soares: “se você tem uma sala de aula com 30 estudantes e chega a 38 graus... acabou a aprendizagem” (Futura, 2024).

Essa afirmação é corroborada por estudos científicos que indicam uma correlação direta entre a elevação da temperatura e a queda no desempenho acadêmico, além do aumento de sintomas físicos e cognitivos entre os alunos expostos ao calor extremo (Tavares & Sanches, 2020; Silva et al., 2022). Essa realidade compromete diretamente o direito à educação e evidencia como as mudanças climáticas afetam de forma desigual o cotidiano das populações vulneráveis, tornando-se mais um fator de exclusão e sofrimento silencioso.

Da mesma forma, pessoas em situação de rua convivem diariamente com os efeitos das mudanças climáticas, expostas ao sol escaldante, à chuva intensa, à poluição e à insegurança alimentar, sem acesso a abrigo, água potável ou atendimento em saúde. A revisão de Kidd et al. (2020) aponta que populações sem moradia são especialmente vulneráveis aos extremos climáticos e sofrem impactos físicos e mentais exacerbados por condições já precárias de saúde e social. Um estudo realizado no Rio de Janeiro por Faleiro & Armond (2024) mostra que essas pessoas estão concentradas em áreas com maior exposição ao calor e à chuva, cenário que já intensifica problemas de saúde como doenças respiratórias, exaustão e estresse crônico, e tende a piorar com o agravamento climático.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2025), os impactos das mudanças climáticas afetam diretamente a qualidade de vida, contribuindo para o aumento de doenças físicas e transtornos mentais, além de afetarem com maior intensidade aqueles que já vivem em contextos de exclusão social. Dessa forma, as consequências da crise climática não estão apenas nos grandes desastres, mas também nas pequenas violências diárias que impedem o pleno desenvolvimento humano, reforçando a urgência de políticas públicas que considerem a justiça climática e o cuidado com a saúde mental das populações em vulnerabilidade (Hickman et al., 2021; Cunsolo & Ellis, 2018).



2.2METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e explicativa, de caráter teórico e documental. Sua proposta parte da compreensão de que a crise climática é também uma crise humana, emocional e relacional, e que, portanto, demanda análises que integrem ciência, ética e compromisso social. Com base nesse entendimento, o trabalho busca articular evidências teóricas, normativas e políticas sobre o papel da Psicologia frente aos desastres ambientais e às emergências climáticas, enfatizando a dimensão ética do cuidado e da promoção da saúde mental coletiva.

Logo, a pesquisa adota uma abordagem construtivo-interpretativa, inspirada na Psicologia Ambiental, Climática e dos Desastres, compreendendo o ser humano em constante interação com o ambiente físico, social e simbólico. Essa perspectiva reconhece que os efeitos das mudanças climáticas extrapolam os danos materiais e ecológicos, alcançando a subjetividade, as relações comunitárias e os modos de existência. Assim, investigar esse fenômeno implica reconhecer que o sofrimento psíquico não é apenas individual, mas socialmente distribuído, e que os desastres ambientais revelam, de forma ampliada, as desigualdades e vulnerabilidades que estruturam a vida coletiva.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental voltada à sistematização e análise crítica de produções científicas, diretrizes institucionais e documentos normativos que tratam da interface entre Psicologia, saúde mental e mudanças climáticas. Foram consultadas fontes primárias e secundárias, incluindo artigos publicados entre 2020 e 2025 em bases de dados nacionais e internacionais (SciELO, PubMed, Redalyc e Google Acadêmico), além de relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e documentos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), com destaque para a Nota Técnica nº 22/2024 sobre Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres. As palavras-chave utilizadas na busca foram: *Psicologia dos Desastres, Mudanças Climáticas, Saúde Mental, Ecoansiedade, Luto Ecológico, Justiça Climática e Primeiros Socorros Psicológicos*.



As fontes foram selecionadas com base em sua relevância teórica e atualidade, priorizando publicações que discutem os impactos psicossociais das mudanças climáticas, a atuação ética do psicólogo em contextos de emergência e as políticas públicas voltadas à mitigação de danos e à promoção de resiliência comunitária. Após o levantamento, os materiais foram lidos de forma integral e submetidos a uma análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), buscando identificar núcleos de sentido relacionados às categorias “Psicologia dos Desastres e atuação ética”, “Sofrimento psíquico e crise climática” e “Saúde pública, vulnerabilidade social e justiça ambiental”. Essa estratégia analítica permitiu não apenas organizar o conteúdo das fontes, mas também construir uma leitura crítica e integrada sobre o papel da Psicologia na resposta a crises socioambientais contemporâneas.

Portanto, o processo de análise foi conduzido com atenção à coerência entre teoria e prática, valorizando a interdisciplinaridade e o compromisso ético da profissão diante do sofrimento coletivo. Assim, mais do que descrever dados, a pesquisa propôs-se a compreender sentidos, responsabilidades e possibilidades de atuação, destacando o potencial da Psicologia para promover cuidado, prevenção e reconstrução de vínculos em tempos de instabilidade ambiental. Em cada etapa do estudo, buscou-se sustentar uma postura reflexiva, reconhecendo a complexidade das interações entre subjetividade e território, indivíduo e comunidade, emoção e política. Ainda assim, todas as etapas foram guiadas pelos princípios de respeito à dignidade humana, responsabilidade social e compromisso com o bem-estar coletivo, em consonância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005). Ao adotar uma metodologia centrada na escuta crítica da literatura e na sensibilidade diante das vulnerabilidades humanas, o estudo reafirma a Psicologia como campo de produção de conhecimento e de cuidado, capaz de propor respostas éticas, solidárias e cientificamente fundamentadas às crises ambientais que marcam o presente.

3 RESULTADOS

Com a realização deste projeto, espera-se fortalecer o papel social da Psicologia na promoção da saúde mental diante da crise climática, contribuindo para a formação de multiplicadores comprometidos com uma atuação ética, preventiva e humanizada. Esses profissionais e estudantes, preparados para reconhecer e intervir sobre os impactos



psicossociais das mudanças climáticas e dos desastres ambientais, tornam-se agentes de cuidado capazes de articular ciência, empatia e responsabilidade social em contextos de crise (CFP, 2024; OMS, 2022).

Ao difundir conhecimentos sobre Primeiros Socorros Psicológicos (PSP), ecoansiedade, luto ecológico e racismo ambiental, o projeto busca não apenas promover habilidades técnicas, mas também ampliar a sensibilidade social diante das múltiplas formas de sofrimento que emergem em tempos de colapso ambiental (Cunsolo & Ellis, 2018; Hickman *et al.*, 2021). Esses fenômenos, frequentemente invisibilizados pelas políticas públicas, representam expressões contemporâneas do sofrimento coletivo e exigem uma resposta interdisciplinar e culturalmente contextualizada, pautada em evidências científicas e em princípios éticos de dignidade, solidariedade e justiça social (APA, 2020; Monteiro *et al.*, 2023).

Assim, o fortalecimento de competências ético-técnicas voltadas à escuta qualificada, ao acolhimento e à intervenção preventiva permite reduzir a lacuna histórica entre os desastres climáticos e a atenção psicológica qualificada. Espera-se que os participantes da iniciativa, ao desenvolverem repertórios de análise crítica e estratégias de cuidado psicossocial, estejam mais aptos a identificar sinais de sofrimento emocional, articular-se com as redes locais e promover ações integradas entre os sistemas de saúde, educação e assistência social (OPAS, 2025; Gonçalves, 2020). Essa integração é essencial para que a resposta institucional a eventos climáticos extremos seja não apenas mais rápida, mas também mais humana e sustentável, reconhecendo que a saúde mental é um direito coletivo e ambientalmente condicionado.

Além do impacto formativo, o projeto busca fomentar a criação de uma rede de cuidado psicossocial sensível às questões climáticas, incentivando práticas de cooperação interinstitucional e intersetorial. Espera-se que seus resultados contribuam para a replicação da proposta em diferentes contextos, universidades, conselhos profissionais, escolas técnicas e serviços públicos de saúde mental, consolidando uma base pedagógica e ética capaz de sustentar políticas públicas voltadas à mitigação dos efeitos psicossociais da crise climática (Paixão & Andrade, 2024; Silva *et al.*, 2023).

A replicabilidade do modelo constitui um de seus maiores potenciais de impacto social. Por ser de baixo custo e alta aplicabilidade, o formato pode ser adaptado a realidades diversas, inclusive em municípios com recursos limitados, fortalecendo o



compromisso comunitário e a autonomia dos territórios. Essa expansão estimula a construção de materiais formativos, protocolos de atendimento e ações educativas que dialogam com os princípios da Gestão Integral de Riscos e Desastres e com as recomendações internacionais de saúde mental e apoio psicossocial em emergências (CFP, 2024; WHO, 2022).

Em perspectiva mais ampla, acredita-se que os resultados deste projeto ultrapassam o campo da formação profissional, alcançando dimensões éticas e políticas da atuação psicológica. Ao articular o conhecimento científico com a responsabilidade social, o estudo contribui para a consolidação de uma Psicologia Climática que reconhece o sofrimento humano como um indicador da crise civilizatória e ecológica do nosso tempo (Macy & Brown, 2004; Moser, 2007). Dessa forma, reafirma-se a necessidade de uma atuação comprometida com a vida, a equidade e o cuidado integral, compreendendo que promover saúde mental em tempos de crise climática é também um ato de resistência, solidariedade e reconstrução coletiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados e reflexões desenvolvidos ao longo deste estudo evidenciam que a crescente intensificação das crises climáticas e dos desastres ambientais no Brasil impõe à Psicologia uma responsabilidade ética e social inadiável. O enfrentamento das consequências psicossociais desses eventos demanda não apenas intervenções emergenciais, mas a consolidação de uma formação profissional pautada na prevenção, na sensibilidade cultural e na justiça ambiental. Com base nas discussões apresentadas, conclui-se que a Psicologia dos Desastres emerge como um campo indispensável para o fortalecimento da saúde mental coletiva, especialmente em um país marcado por desigualdades estruturais que amplificam a vulnerabilidade de determinados grupos populacionais.

A análise teórico-documental realizada permitiu identificar lacunas significativas na formação acadêmica dos psicólogos, nas políticas públicas e nas práticas institucionais voltadas à saúde mental em contextos de crise. A autora posiciona-se no sentido de que a ausência de uma abordagem sistemática sobre a relação entre saúde mental e mudanças climáticas representa não apenas uma falha curricular, mas também um reflexo de uma visão ainda fragmentada do sofrimento humano. Essa lacuna reforça a necessidade de



integrar conteúdos que abordem a ecoansiedade, o luto ecológico e o racismo ambiental como expressões contemporâneas de sofrimento coletivo e como fenômenos legítimos de atenção psicológica (Hickman et al., 2021; Cunsolo & Ellis, 2018).

Dessa forma, entende-se que a Psicologia deve avançar de uma prática reativa, centrada no trauma após o desastre para uma atuação proativa, orientada pela prevenção e pela educação socioambiental. Essa transição requer a consolidação de políticas públicas e protocolos de gestão que articulem a Psicologia com os sistemas de saúde, educação, assistência social e defesa civil, conforme preconiza a Nota Técnica CFP nº 22/2024. Tal integração amplia a capacidade institucional de resposta aos desastres, promovendo uma atuação interdisciplinar e ética, que valorize o cuidado, o acolhimento e a dignidade humana (CFP, 2024; OPAS, 2025).

A posição defendida nesta pesquisa é a de que a Psicologia Climática não deve ser vista como um campo acessório, mas como uma dimensão constitutiva do fazer psicológico contemporâneo. O reconhecimento da crise climática como fator determinante da saúde mental desloca a atuação da Psicologia para um patamar de maior responsabilidade social, demandando engajamento ativo na produção de conhecimento, na formação de políticas e na sensibilização da sociedade para os efeitos emocionais da degradação ambiental. Ao sustentar essa perspectiva, reafirma-se que cuidar do planeta é, também, cuidar das pessoas e que toda ação de prevenção ambiental é, em essência, uma ação de promoção de saúde mental coletiva.

Em síntese, a Psicologia, ao unir ciência e sensibilidade, pode e deve ocupar posição central na mitigação dos impactos emocionais e sociais da emergência climática. Ao integrar práticas baseadas em evidências com uma escuta humanizada e contextual, o campo reafirma sua vocação transformadora, tornando-se instrumento de reconstrução subjetiva e coletiva em tempos de incerteza. Assim, o presente estudo não apenas reafirma o papel da Psicologia como ciência do comportamento e da subjetividade, mas também como ciência do cuidado, indispensável à construção de futuros mais sustentáveis, justos e emocionalmente saudáveis.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION; ECOAMERICA. **Mental health and our changing climate: impacts, implications, and guidance.** [S. l.]: APA;



ecoAmerica, mar. 2017. Edição atualizada em 2021. 40 p. Disponível em: <https://ecoamerica.org/wp-content/uploads/2021/11/mental-health-climate-change-2021-ea-apa.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 1459, de 2022** (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.º 526/1999). Dispõe sobre pesticidas e produtos de controle ambiental. Aprovado pelo Senado em 28 nov. 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/149151>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BULLARD, R.D. (2000). *Dumping In Dixie: Race, Class, And Environmental Quality*, Third Edition (3rd ed.). **Routledge**. <https://doi.org/10.4324/9780429495274>

CLAYTON, S.; KARAZSIA, B. Development and validation of a measure of climate change anxiety. **Journal of Environmental Psychology**, [S. l.], v. 69, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2020.101434>. Acesso em: 31 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres: nota orientativa.** Brasília, DF: CFP, 27 maio 2025. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2025/05/Nota-Tecnica-Orientativa-CRED.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

CUNSOLO, A.; ELLIS, N. R. **Ecological grief as a mental health response to climate change-related loss.** *Nature Climate Change*, v. 8, p. 275–281, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0092-2>. Acesso em: 30 jul. 2025.

DA CONCEIÇÃO PEREIRA, P. F.; BRODAY, E. E.; XAVIER, A. A. P.; SIMÕES, A. S. **Evaluation of the thermal environment influence on cognitive performance in students in Northeast Brazil.** 2020.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Gaia, 1992. 247 p. ISBN 978-85-85740-01-6. Disponível em: <https://editoragaia.com.br/produto/educacao-ambiental-principios-e-praticas> . Acesso em: 31 jul. 2025.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 4. ed. São Paulo: Gaia, 1994. 256 p. ISBN 978-85-85740-11-5. Disponível em: <https://editoragaia.com.br/produto/educacao-ambiental-principios-e-praticas/> . Acesso em: 31 jul. 2025.

FALEIRO, G. T. de J.; ARMOND, N. B. Urban climate and the homeless population: exposure, impacts, and strategies. **Environmental Justice**, v. 17, n. 3, p. 85–94, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/env.2023.0051> . Acesso em: 31 jul. 2025.

FUTURA. **Conexão lança episódios especiais sobre 4ª edição do Educação 360 Jovem.** 2024. Disponível em: <https://futura.frm.org.br>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GONÇALVES, R. S. P. O trabalho do psicólogo em situações de emergências e desastres. 2020. **Monografia (Graduação em Psicologia)** – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/6573>. Acesso em: 30 jul. 2025.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 1–20, 2008. Disponível em: <https://www.revistasgista.com/gesta/article/view/198> . Acesso em: 31 jul. 2025.



- HICKMAN, C.; MARKS, E.; PIHKALA, P.; CLAYTON, S.; LEWANDOWSKI, R. E.; MAYALL, E.; WRAY, B.; MELLOR, C.; VAN SUSTEREN, L. A global survey of climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change. **The Lancet Planetary Health**, [S. l.], v. 5, n. 12, p. e863–e873, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00278-3](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00278-3). Acesso em: 30 jul. 2025
- HOGG, T. L.; STANLEY, S. K.; O'BRIEN, L. V.; WILSON, M. S.; WATSFORD, C. R. The Hogg eco-anxiety scale: development and validation of a multidimensional scale. **OSF Preprints**, [S. l.], 11 jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31219/osf.io/rxudb>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- KIDD, S. A.; GRECO, S.; MCKENZIE, K. Global climate implications for homelessness: a scoping review. **Journal of Urban Health**, v. 98, n. 3, p. 385–396, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11524-020-00488-3>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- MACY, J.; BROWN, M. Y. **Nossa vida como Gaia: práticas para reconectar nossas vidas ao mundo vivo**. São Paulo: Editora Gaia, 2004. 287 p. ISBN 978-85-85740-41-2.
- MALECHA, I.; VALE, M. M. As mudanças climáticas e a biodiversidade. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 76, n. 3, jul./set. 2024. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252024000300002. Acesso em: 31 jul. 2025.
- MANSANO, S. R. V. Quando eu soltar a minha voz sobre Brumadinho por favor entenda: aprendendo com nossa história em um janeiro de lama e dor. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, p. 11–15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2318-9223.2019v7n2p11>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- MONTEIRO, R. R.; SANTOS, M. dos; SOUZA, J. O. R.; BORGES VIEIRA, M. B. V. Racismo ambiental, justiça ambiental e mudanças climáticas no Brasil: uma análise dos relatórios anuais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco – Acre, v. 6, n. 3, p. 117–132, set.–dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6783>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- MOSER, G. Psicologia ambiental. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 3, n. 1, p. 121–130, jan. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/PvQY6nV2RtKxFwFk8yRkBnM/>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- MOSER, S. C. More bad news: the risk of neglecting emotional responses to climate change information. In: MOSER, S. C.; DILLING, L. (org.). *Creating a climate for change: communicating climate change and facilitating social change*. **Cambridge: Cambridge University Press**, 2007. p. 64–80. DOI: 10.1017/CBO9780511535871.005. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511535871.005>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- OJALA, M.; CUNSOLO, A.; OGUNBODE, C. A.; MIDDLETON, J. Anxiety, worry, and grief in a time of environmental and climate crisis: a narrative review. **Annual Review of Environment and Resources**, [S. l.], v. 46, p. 35–58, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-012220-011104>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- ORNELL, F. et al. “Pandemic fear” and COVID-19: mental health burden and strategies. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 42, n. 3, p. 232–235, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0008>. Acesso em: 30 jul. 2025.



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Mudança do clima na Região das Américas: soluções de saúde resilientes aos desafios ambientais**. Washington, D.C.: OPAS, 2025. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/phr-64755>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PAIXÃO, T. B.; ANDRADE, A. L. A. de. Principais contribuições do psicólogo no contexto de emergências e desastres. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 9, n. 1, 2024. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/2762>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PARANHOS, M. E.; WERLANG, B. S. G. Psicologia nas emergências: uma nova prática a ser discutida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 2, p. 557–571, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-370301202012>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PIHKALA, P. Anxiety and the ecological crisis: an analysis of eco-anxiety and climate anxiety. **Sustainability, Basel**, v. 12, n. 19, p. 7836, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12197836>. Acesso em: 31 jul. 2025.

RAFALOSKI, A. R. et al. Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos. **Saúde em Debate**, v. 44, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E216>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SEARLE, K.; GOW, K. Do concerns about climate change lead to distress? **International Journal of Climate Change Strategies and Management**, v. 2, n. 4, p. 362–379, 2010. DOI: 10.1108/17568691011089891. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/17568691011089891>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SILVA, B. G. de A.; SILVA, I. R. da; BARUFI, L. F. O papel do psicólogo frente a situações de desastres. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 12, e4755, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2023.e4755>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SILVA, M. C. et al. Implications of indoor air temperature variation on the health and performance of Brazilian students. João Pessoa: **Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24569>. Acesso em: 31 jul. 2025.

TAVARES, M.; SANCHES, F. S. Clima e desempenho escolar: impactos do calor nas escolas brasileiras. Rio de Janeiro: **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/clima-desempenho-escolar-impactos-do-calor-nas-escolas-brasileiras>. Acesso em: 31 jul. 2025.

VERPLANKEN, B.; MARKS, E.; DOBROMIR, A. I. On the nature of eco-anxiety: how constructive or unconstructive is habitual worry about global warming? **Journal of Environmental Psychology**, [S. l.], v. 72, p. 101528, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2020.101528>. Acesso em: 31 jul. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Mental health and climate change: policy brief**. Genebra: WHO, 3 jun. 2022. 16 p. ISBN 978-9240045125. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240045125>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Submetido em: 01 de novembro de 2025.

Aprovado em: 01 de dezembro de 2025.

Publicado em: 01 de janeiro de 2026.